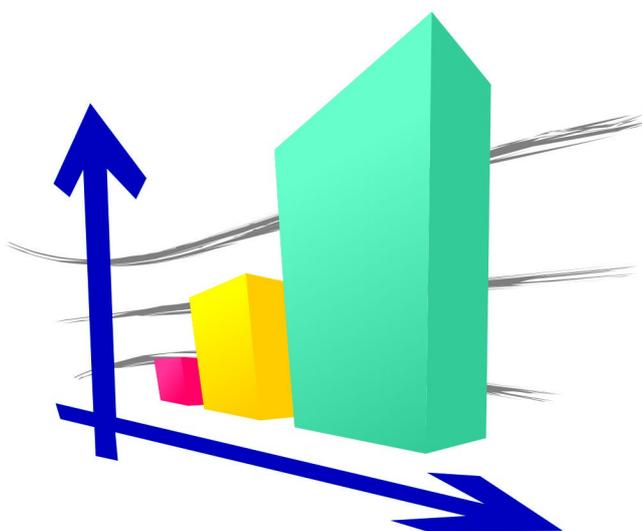




Comissão Permanente de Gestão da Estratégia



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

2010-2018

1ª REVISÃO - ANO 2013

Palmas - Tocantins

Composição da Comissão Permanente de Gestão da Estratégia:

Beatriz Regina Lima de Mello
Presidente

José Kasuo Otsuka
Membro

Célio Sousa Rocha
Membro

Jair Kennedy Félix Monteiro
Membro

Huan Carlos Borges Tavares
Membro

Pedro Amilto Aguiar Cruz
Membro

Ricardo Azevedo Mamédio de Sousa
(Valéria Lúcia Neves da Silva Moraes)
Membro

Elaine Marciano Pires
(Angélica Barbosa da Silva)

Membro

José Maria da Silva Júnior
Membro

José Maria Teixeira
Membro

João Ricardo de Araújo Silva
Membro

Alayla Milhomem Costa Ramos
Membro

Leandro Ferreira da Silva
Membro

Bruno Machado Carneiro
Membro

SUMÁRIO

Metodologia utilizada.....	p. 4
Histórico da Revisão.....	p. 5
Identidade Organizacional.....	p. 6
Análise dos ambientes.....	p. 7
Matriz Swot.....	p. 7
Plano de Identificação dos Riscos Institucionais.....	p. 9
Plano de Resposta do MP-TO aos Riscos Institucionais.....	p. 13
Descrição da Estratégia.....	p. 21
Mapa Estratégico Atualizado.....	p. 37
Matriz de correlação Visão <i>versus</i> Projetos.....	p. 38
Glossário.....	p. 44

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada para a revisão do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins tomou como base os ditames da Portaria nº 077/2013, da Procuradora-Geral de Justiça, que instituiu a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia – CPGES, com a finalidade de desenvolver, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de planejamento estratégico, promoção institucional, articulação de políticas públicas e sociais, inteligência e segurança.

A Comissão Permanente de Gestão da Estratégia foi responsável por criar e executar a metodologia de Revisão do Planejamento Estratégico 2010-2018. Para tanto, foram divididas atribuições, responsabilidades e prazos, para que cada membro pudesse apresentar ao grupo os trabalhos realizados visando contribuições e construção conjunta.

O método definido foi o seguinte:

1. Analisar os Objetivos, Indicadores, Metas e Projetos originários e identificar os problemas encontrados pela Administração em suas ações e na mensuração;
2. Estabelecer a necessidade de alteração ou não de cada um dos instrumentos do Plano;
3. Verificar a possibilidade de alinhamento com o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, desenvolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;
4. Fomentar o trabalho por meio de projetos, principalmente quanto aos objetivos referentes à atividade finalística, tendo em vista o claro direcionamento dado pelo CNMP nesse sentido, com a criação do Banco Nacional de Projetos;
5. Apresentar os resultados aos demais membros da CPGES para discussão, correções e validação das mudanças.
6. Construção deste Projeto de Revisão do Planejamento Estratégico, a ser submetido à Procuradora-Geral de Justiça, em primeiro plano, e, posteriormente, ao Colégio de Procuradores de Justiça.

1.1. HISTÓRICO DA REVISÃO

Data	Descrição	Autor
02/2013	Reunião preliminar com a presidência para definição de diretrizes na construção do Regimento Interno da CPGES	Beatriz Regina Lima de Mello e João Ricardo de Araújo Silva
28/02/2013	1ª Reunião da CPGES e aprovação do Regimento Interno	Membros da CPGES
02 a 03/2013	Definição do Regimento Interno da CPGES	Beatriz Regina Lima de Mello e João Ricardo de Araújo Silva
22/03/2013	2ª Reunião da CPGES para aprovação do Regimento Interno da CPGES e divisão das atribuições por grupo de objetivos estratégicos	Membros da CPGES
15/04/2013	3ª Reunião da CPGES	Membros da CPGES
05 e 06/2013	Troca de arquivos por meio eletrônico, para correções e validação dos trabalhos desenvolvidos pelos diversos Grupos de Trabalho	Membros da CPGES
07/2013	Consolidação das informações dos grupos de trabalho e construção do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico	João Ricardo de Araújo e Silva
13/08/2013	Apresentação do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico aos Membros da CPGES	Beatriz Regina Lima de Mello
23/08/2013	Aprovação do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico	Membros da CPGES
13/08/2013	Apresentação do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico à Procuradora-Geral de Justiça	Beatriz Regina Lima de Mello
23/08/2013	Aprovação do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico	Procuradora Geral de Justiça
27/08/2013	Apresentação do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico aos Membros do Colégio de Procuradores e disponibilização para os membros e servidores do MPE-TO	Beatriz Regina Lima de Mello
-	Aprovação do Plano de Revisão do Planejamento Estratégico	Colégio de Procuradores de Justiça
-	Construção de Minuta de Resolução que valida a Revisão do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins	Colégio de Procuradores de Justiça

2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

VISÃO

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

VALORES

1. Confiável
2. Eficaz
3. Fiscal da Lei
4. Independente
5. Acessível
6. Humanizado
7. Popular

3. ANÁLISE DOS AMBIENTES

3.1 – MATRIZ SWOT

FORÇAS (STRENGTHS):	
1.	Estruturação e apoio operacional dos Centros de Apoio Operacional (Caops)
2.	Informatização
3.	Melhoria do quadro auxiliar
4.	Facilidade no Acesso à instância superior
5.	Amadurecimento institucional
6.	Aperfeiçoamento das instituições na definição de suas atribuições
7.	Respaldo social
8.	Independência funcional
9.	Independência institucional (política e administrativa)
10.	Evolução dos direitos humanos
11.	Membros interessados na solução dos problemas
12.	Atuação na área da mulher com o apoio do Caop da Mulher e do Núcleo Maria da Penha
13.	Ações penais e criminais
14.	Efetividade das Ações ingressadas
15.	Uso das medidas assecuratórias
16.	Efetiva atuação da Promotoria do Meio Ambiente
17.	Boa destinação dos recursos
18.	Bom relacionamento dos integrantes
19.	Objetivos bem definidos
20.	Estrutura física melhora a cada dia
21.	Controle interno estruturado
22.	Aumento de sedes alugadas no interior
23.	Pagamento de auxílio alimentação e bolsa de estudos
24.	Solução imediata dos conflitos
25.	Implantação do E-Proc
26.	Poder investigatório
27.	Titular da Ação Penal
28.	Delação premiada
29.	Possibilidade de criação de promotorias especializadas
30.	Confiança da sociedade
31.	Boa formação jurídica de seus integrantes

OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES):	
1.	Colaborar com ONGs de apoio à defesa do patrimônio público e defesa do consumidor
2.	Auxiliar na criação, estruturação e manutenção dos conselhos tutelares
3.	Criar novas Promotorias
4.	Ter estatística familiar
5.	Ampliar as parcerias
6.	Criar a Escola Superior do MP
7.	Ampliar as publicações jurídicas de temas especializados dos direitos das mulheres
8.	Aumentar a interação com as polícias
9.	Melhorar a efetividade e a eficácia da área meio
10.	Dar maior transparência às licitações
11.	Criar programas de apoio familiar aos integrantes do órgão
12.	Uniformizar teses ministeriais
13.	Ampliar o controle de inquéritos
14.	Criar secretarias responsáveis pelas atuações de processos
15.	Dar reconhecimento às ações do MP
16.	Manter um banco de dados de pareceres nos Caops
17.	Melhorar a Comunicação Institucional

18. **Ampliar o marketing da atuação criminal**
19. **Realizar palestras e proporcionar aproximação com o cidadão**
20. **Utilizar Promotores com formação específica por Caop**
21. **Criar de uma Agenda Institucional**
22. **Criar Promotorias de Meio Ambiente no interior**
23. **Ampliar recursos através dos Royalties do Petróleo**
24. **Ampliar a Força institucional renovada com a derrubada da PEC 37**
25. **Atuar por meio de Projetos para cumprir os objetivos estratégicos**
26. **Integrar os sistemas RAF, EPROC e ATHENAS, com o auxílio do Tribunal de Justiça, para possibilitar a comunicação automática dos dados referentes à atuação dos promotores de justiça e a averiguação da efetividade das ações ministeriais**

FRAQUEZAS (WEAKNESSES):

1. **Deficiência no atendimento**
2. **Má distribuição das atribuições**
3. **Deficiência na Fiscalização dos Órgão Públicos**
4. **Enfraquecimento da atuação do Promotor**
5. **Deficiência do corpo técnico**
6. **Falta de visibilidade do MP**
7. **Falta de fiscalização na área da execução penal**
8. **Ausência de Banco de Dados**
9. **Desconhecimento interno das atividades do Gaeco**
10. **Falta de informação estatística**
11. **Falta de delegacias especializadas de atendimento à mulher no interior**
12. **Combate ao crime organizado ineficaz**
13. **Controle externo da atividade policial**
14. **Comunicação entre setores do MP**
15. **Falta de diálogo interno (primeiro e segundo grau) Procurador x promotor**
16. **Carências na estrutura física e de pessoal**
17. **Capacitação dos membros do MP**
18. **Compreensão deficitária sobre o que é cidadania**
19. **Atuação nos tribunais superiores**
20. **Falta de modelo (manuais de atuação das áreas meio e fim)**
21. **Carência de equipamentos**
22. **Superdimensionamento das metas ambientais**
23. **Falta de promotores**
24. **Tempo exíguo para atuar na área ambiental**
25. **Baixo nível de conhecimento em orçamento público**
26. **Ausência de intercâmbio de informações e ações entre órgãos fiscalizadores**
27. **Falta de estagiários**
28. **Priorização dos membros em detrimento dos servidores**
29. **Distanciamento entre membros e servidores**
30. **Desconhecimento das prioridades institucionais**
31. **Falta de sistema de processo administrativo eletrônico**
32. **Falta de integração das operações entre Caops, Procuradores e Promotores**
33. **Falta de uniformização de procedimentos**
34. **Atuação institucional deficitária**
35. **Baixo nível de conhecimento dos indicadores do MP**
36. **Visão parcial da progressão integral**
37. **Ausência de entendimento (lacunas legais)**
38. **Falta de valorização das promotorias de juizados**
39. **Deficiência dos termos circunstanciados**
40. **Falta de órgão para fiscalizar as ações penais**
41. **Segurança pessoal da Promotoria insuficiente**
42. **Baixo nível de atuação nos crimes tributários**
43. **Má distribuição dos membros no Estado**
44. **Falta de um Fórum para discussões penais**
45. **Falta de métodos**
46. **Timidez das prerrogativas criminais**

- | | |
|-----|---|
| 47. | Promotor eleitoral abandonado |
| 48. | Ausência completa da estrutura voltada ao eleitoral |
| 49. | Falta de delegacias do Meio Ambiente no interior |
| 50. | Necessidade de reestruturação do Relatório de Atividades Funcionais (RAF) |
| 51. | Análise de perícia técnica |
| 52. | Falta de mensuração da produtividade no trabalho |

AMEAÇAS (THREATS):

- | | |
|-----|---|
| 1. | Modificação das atribuições |
| 2. | Racionalização no civil |
| 3. | Perda da credibilidade |
| 4. | Baixo nível de comunicação institucional |
| 5. | Falta de representação política institucional |
| 6. | Falta de apoio das outras instituições |
| 7. | Atrasos nos prazos processuais |
| 8. | Centralização do conhecimento das atividades nos setores |
| 9. | Planejamento inadequado das atividades institucionais |
| 10. | Demora na tomada de decisões |
| 11. | Descrédito da população |
| 12. | Desarticulação com a sociedade civil |
| 13. | Atuação de profissional sem perfil apropriado |
| 14. | Extrapolação nas ações |
| 15. | Falta de jurisprudência da Lei Maria da Penha |
| 16. | Falta de políticas públicas para a mulher |
| 17. | Risco de impunidade |
| 18. | Descrédito nas penas alternativas |
| 19. | Alto índice de arquivamento por prescrição |
| 20. | Supressão do controle externo por falta de atuação |
| 21. | Projetos de Lei da polícia (pequenos delitos nas delegacias) |
| 22. | Poder político dominante |
| 23. | Atuação da Defensoria Pública sem limitações |
| 24. | Perda de representatividade política e partidária |
| 25. | Descomprometimento com o meio ambiente do Executivo |
| 26. | Falta de política agrícola e ambiental |
| 27. | Falta de promotores no interior |
| 28. | Interferência política |
| 29. | Projetos de Lei que retiram ou restringem o poder de investigação do MPE |
| 30. | Projetos de Lei que reduzem ou freiam o crescimento dos recursos destinados ao MPE |
| 31. | Descontentamento dos integrantes |
| 32. | Greves ou manifestações |

3.2 – PLANO DE IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS INSTITUCIONAIS

*Risco é um evento ou condição incerta que, caso ocorra, ocasionará um efeito positivo ou negativo sobre os objetivos do projeto. Riscos são inerentes ao progresso e encontram-se em maior ou menor escala em qualquer atividade humana.

Gerenciar riscos pressupõe identificar, classificar, quantificar, analisar e tratar os riscos políticos, jurídicos, financeiros, operativos, sociais, humanos, ambientais, dentre outros possíveis na sua área de atuação.

Em nosso trabalho, os riscos foram identificados e classificados segundo as dimensões do Programa GESPÚBLICA.

Id	Dimensão	Descrição	Probabilidade	Impacto
01	Finalística	Os principais riscos relacionados a	Entre muito	Entre muito alto

Id	Dimensão	Descrição	Probabilidade	Impacto
		<p>atuação finalística do MPE na atualidade dizem respeito às tentativas políticas de reduzir as atribuições dos membros deste órgão.</p> <p>Outros riscos relacionados a atividade finalística a serem considerados são: a eficácia da atuação institucional, a falta de uniformidade na atuação, a desarticulação com a sociedade e os órgãos fiscalizadores na atuação institucional, a interferência política na atuação, a falta de estrutura investigatória, a falta de atuação por meio de projetos, entre outras.</p>	alto e médio	e baixo
02	Recursos	Riscos de redução ou freio ao crescimento dos repasses ao MPE em razão da possibilidade de alterações nas leis e da falta de representação institucional, aliados à atuação severa em desfavor das oligarquias políticas	Entre Alto e Muito Alto	Muito Alto
03	Pessoas	Riscos relacionados ao descontentamento de membros e servidores com a Instituição ou com a Alta Administração, advindos de reivindicações diversas, como: melhoria das condições de trabalho, melhoria da infraestrutura física e tecnológica, melhoria na remuneração, melhoria do clima organizacional, melhoria na segurança, entre outros. Tais riscos podem culminar em riscos à instituição, como greves e/ou manifestações.	Entre Médio e Muito Alto	Muito Alto
04	Tecnologia	A falta de estrutura tecnológica é risco a ser considerado na atuação institucional, pois na atualidade sua função é primordial para a manutenção das atividades do órgão. Existem riscos da escolha errada na adoção de sistemas, do aumento dos custos com links de internet e pagamento de licenças de softwares, da falta de servidores para o desenvolvimento e manutenção, da falta de equipamentos e suprimentos, da falta de integração entre os sistemas internos, da falta de integração entre os sistemas internos e externos, entre outros riscos relacionados à Tecnologia da Informação.	Entre Médio e Alto	Muito Alto
05	Administrativo	Os riscos relacionados a área administrativa são diversos e seus impactos devem ser acompanhados. Podemos relacionar: ineficácia, falta	Entre Baixo e Alto	Entre Baixo e Alto

Id	Dimensão	Descrição	Probabilidade	Impacto
		de estrutura, falta de procedimentos padronizados, falta de informações gerenciais, mudanças na legislações, processos de compras deficitários, aumento de tarifas e do consumo, entre outros		
06	Informações	Os riscos inerentes à Comunicação se aplicam tanto a fazê-la ou não, e podem se traduzir da seguinte forma: a) a falta da comunicação externa implica em descrédito da sociedade e falta de reconhecimento da atuação e do órgão; b) a falta de comunicação interna implica em falta de conhecimento das prioridades, dos objetivos da atuação no órgão, dos atos e normas editados e das informações necessárias à integração da atuação institucional; e c) a comunicação interna ou externa feita inadequadamente implica em representações contra o órgão no Conselho e perante o Judiciário, na repercussão negativa da imagem pública dos integrantes do órgão e de sua atuação, da indisposição com outros poderes, instituições, empresas e pessoas.	Entre Baixo e Muito Alto	Entre Baixo e Muito Alto
07	Estratégia e Planos	Os riscos relacionados ao Planejamento do órgão e de seus setores também estão relacionados a fazê-lo ou não e podem se desdobrar em: a) a falta de Planejamento do órgão implica em não saber o destino aonde o órgão deseja chegar em determinado período; b) a falta de Planejamento nas unidades significa que, mesmo que o órgão tiver planejamento elaborado, as unidades não estão aptas a cumpri-lo, pois não adequaram sua ação ao planejamento maior; c) a existência do Planejamento sem gerenciamento e indicadores válidos, tanto de esforço quanto de resultado, não traz nenhuma transformação na realidade do órgão e mantém o ritmo natural das coisas; d) assim também, a falta de bons projetos priorizados, geridos e monitorados para mudar o status quo da atuação institucional pode se traduzir em não alcance dos objetivos propostos; e e) a não responsabilização e documentação de todas as atividades do Planejamento pode fazer se perder no tempo as evoluções obtidas tanto nas ações	Entre Médio e Muito Alto	Entre Médio e Muito Alto

Id	Dimensão	Descrição	Probabilidade	Impacto
		como na realidade institucional e tornar necessário repetir-se tanto o esforço quanto os erros.		
08	Conhecimento	Os riscos relacionados à gestão do conhecimento se aplicam desde o ingresso do integrante na instituição até seu desligamento. Assim, o servidor deverá estar sempre apto a desenvolver suas funções na instituição. Daí os riscos se iniciarem pelo desconhecimento de suas atribuições, no momento de seu ingresso, passarem pela mudança nas legislações e a subsequente necessidade de atualização, e culminarem na motivação para realização a manutenção da produtividade ao longo de sua carreira.	Entre Baixo e Médio	Entre Médio e Muito Alto
09	Interesse Público e Cidadania	A interação do órgão com a sociedade é contínua e se dá principalmente por meio da procura pela atuação do órgão. Assim, os riscos relacionados ao não conhecimento dos impactos da atuação do órgão na sociedade, ao não envolvimento dos membros e servidores com a comunidade com que se relacionam e ao não conhecimento da cultura local pode implicar no distanciamento entre o órgão e a comunidade.	Médio	Entre Médio e Alto
10	Controle	Os riscos relacionados ao controle se aplicam tanto a atuação da área meio quanto a atuação da área fim. Na área meio, os principais riscos estão relacionados a possibilidade de incorreção processual e conseqüente responsabilização nos casos de ausência, descumprimento ou falha no controle. Na área fim, o controle tem os mesmos riscos, acrescentando que tem riscos relacionados à obtenção das estatísticas, sua devida utilização para o reconhecimento da atuação e para as possibilidades de punição. Em ambos os casos, existe o risco do distanciamento do controle de seu papel de orientador, o que pode acarretar em dificuldade de relacionamento do controlador com os controlados.	Entre Baixo e Muito Alto	Entre Baixo e Muito Alto
11	Liderança	Os riscos relacionados a Governança são divididos por sua esfera:	Baixo	Muito Alto

Id	Dimensão	Descrição	Probabilidade	Impacto
		a) político – advém da necessidade de tomada de decisões que podem indispor o gestor politicamente; b) técnico – está relacionado à escolha correta do quadro técnico e na obediência das recomendações por ele expressas sem comprometer o lado político; c) liderança – a falta de características de líder pode fazer com que a figura do gestor perca a credibilidade; d) informações para a tomada de decisões – a falta de informações corretas e gerenciais pode ocasionar em tomada de decisões equivocadas.		
12	Alta Administração	Os riscos da Alta Administração contém, além dos riscos já elencados na Dimensão de Liderança, os seguintes: a) falta de bom relacionamento entre os órgãos da Alta Administração; b) dificuldades de distanciamento técnico do político em períodos eleitorais; c) grande diversidade de teses sobre o mesmo tema; d) tentativas de ingerência de um órgão sobre outro	Baixo	Entre Alto e Muito Alto

3.3 – PLANO DE RESPOSTA DO MP-TO AOS RISCOS INSTITUCIONAIS

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
01	Finalística – Tentativa de retirar ou reduzir atribuições dos membros do MP	Mitigar	Fazer campanha e mobilização, em parceria com as Associações de Membros, Conselhos de Procuradores Gerais e de Corregedores e Conselho Nacional do Ministério Público para demonstrar o risco social de tais mudanças. Mobilizar membros e servidores e organizar passeatas e audiências públicas objetivando ter respaldo social.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais
01	Finalística – Ineficácia da atuação funcional	Evitar	Manter em dia o trabalho de correições e a avaliação dos resultados das Promotorias e dar conhecimento da atuação dos membros para a sociedade local	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
01	Finalística – Falta de uniformização das ações	Evitar	Gerar, através dos Grupos de Estudos e dos Coaps, processos padronizados para atuação da área finalística, onde couber.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais
01	Finalística – Interferência política na atuação	Evitar	Apoiar, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da Diretoria de Inteligência, a atuação dos Promotores nos casos com risco de interferência política, quando solicitado pelo Promotor.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais
01	Finalística – desarticulação com a sociedade e os órgãos fiscalizadores	Evitar	Ampliar as parcerias estratégicas com os órgãos fiscalizadores para desenvolvimento de ações conjuntas, por meio do Departamento de Planejamento e Gestão. Fomentar a participação social no controle da atuação por meio de denúncias à Ouvidoria. Ampliar e disseminar os canais de comunicação dos membros com a sociedade.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais
01	Finalística – falta de atuação por meio de projetos	Evitar	Buscar a articulação das Promotorias para a adesão aos projetos estratégicos da instituição e criação do escritório de projetos.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais
02	Recursos – Falta de Recursos	Evitar	Manter a margem de gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal dentro dos padrões dos últimos anos. Ter parcimônia na concessão de reajustes e na nomeação de novos integrantes de cargos efetivos e comissionados. Programar, com a devida margem de erro, o crescimento dos gastos correntes provocados por novos investimentos e agir com sobriedade. Manter a política de não-expansão das despesas correntes. Promover, em caso de cortes ao orçamento, adequações observando a seguinte priorização para cortes: 1º despesas de custeio, 2º despesas de investimento e 3º despesas com pessoal, observada a legislação vigente e os montantes possíveis.	Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
03	Pessoas – Descontentamento com a instituição	Evitar / Mitigar	<p>Providenciar a alocação do quadro de pessoal suficiente para o desempenho das atividades em cada unidade do MP, no interior e na capital, sem excessos que contribuam para a existência de ócio. Promover as ações de Gestão de Pessoas constantes deste Plano Estratégico. Valorizar, sempre que possível e respeitando o mercado e a legislação vigente, os subsídios de membros e servidores. Manter a política de pagamento de auxílios e bolsas aos integrantes da instituição e, quando possível, ampliar os benefícios. Promover o reconhecimento aos integrantes da instituição que se destacarem no exercício de suas atividades e/ou possuírem destaque/talentos em outras áreas.</p>	Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Atrair e reter talentos
03	Pessoas – Descontentamento com a Alta Administração	Evitar / Mitigar	<p>Manter os canais de comunicação existentes e criar novos mecanismos de comunicação entre os membros e servidores e a Alta Administração do órgão. Ouvir as demandas dos membros e servidores e considerá-las para a tomada de decisões, tornando pública a justificativa para o caso de não ser possível o atendimento do pleito. Promover periodicamente reuniões e visitas entre a Alta Administração e as unidades do MP, em conjunto ou separadamente. Promover o reconhecimento aos integrantes da instituição que se destacarem no exercício de suas atividades e/ou possuírem destaque/talentos em outras áreas.</p>	Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Atrair e reter talentos
04	Tecnologia – Insuficiência de Estrutura Tecnológica	Evitar	<p>Manter o parque tecnológico do MP em constante atualização, de forma que os equipamentos utilizados estejam compatíveis com os softwares de última geração que a unidade necessite utilizar. Manter uma rede de suporte com atendimento em prazo compatível com a importância dos serviços prestados no órgão, para que nenhuma unidade permaneça fora de operação por período significativo. Prover uma rede de sistemas e de disponibilidade de dados que atenda às demandas do órgão. Prover os suprimentos necessários à atuação das diversas unidades do MP.</p>	Garantir Infraestrutura física adequada

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
04	Tecnologia – Má Escolha de software	Evitar	Realizar os processos de escolha de software, observando a realidade da infraestrutura do órgão, com planejamento prévio e aprovação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, obedecendo em todas as etapas da escolha os ditames do Ato nº 072/2011 da Procuradoria-Geral de Justiça.	
04	Tecnologia – Falta de Controle dos Custos de TI	Mitigar	Realizar a análise dos custos e obter informação prévia do Departamento de Planejamento e Gestão, quanto à escolha de equipamentos/software e sua adesão pelo órgão.	Garantir Infraestrutura física adequada / Otimizar a utilização de recursos
04	Tecnologia – Quadro Técnico Insuficiente	Mitigar	Adequar, no menor prazo possível, o quadro de servidores do Departamento de Tecnologia da Informação, utilizando-se inclusive, de processo de criação de vagas e seleção de estagiários.	Garantir Infraestrutura física adequada / Atrair e reter talentos
04	Tecnologia – Falta de integração entre sistemas	Evitar	Realizar parcerias com outros órgãos/empresas a fim de obter os dados necessários de sistemas a serem utilizados no órgão, visando evitar o retrabalho. Promover a integração entre os sistemas internos, possibilitando o cruzamento de informações e ampliando as possibilidades de controle de erros de dados.	Garantir Infraestrutura física adequada
05	Administrativo – Ineficácia, falta de estrutura, falta de procedimentos padronizados, processos de compras deficitários/ ineficazes, controle das tarifas	Evitar	Ampliar o trabalho do Comitê Interno do Gespública para mapear, estudar e desburocratizar os processos do MP. Manter e ampliar a política de Controle Interno e fortalecer a Controladoria Interna do órgão, com estrutura e normatização. Adotar critérios de excelência na gestão nos diversos processos administrativos e finalísticos. Prover as diversas unidades do MP de estrutura humana e física necessária ao bom desempenho de suas atribuições. Disponibilizar os elementos técnicos necessários ao bom desempenho de suas atribuições aos integrantes que ingressarem no MP.	Garantir Infraestrutura física adequada / Otimizar a utilização de recursos / ter excelência nos procedimentos internos

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
05	Administrativo – Falta de informações gerenciais	Mitigar	Manter a atual política de publicação de relatórios de gestão, possibilitando a criação de banco de dados de informações gerenciais. Implementar ferramentas de Tecnologia da Informação que permitam a geração de relatórios gerenciais nas diversas esferas de atuação do MP.	Garantir Infraestrutura física adequada / Otimizar a utilização de recursos / ter excelência nos procedimentos internos / Ter sistemas integrados que auxiliem no controle e na tomada de decisões
05	Administrativo – Inadequação do Corpo Técnico às Alterações nas Leis	Evitar	Manter o desenvolvimento contínuo de conhecimentos para o corpo de integrantes do MP, em sua área de atuação, observada a evolução da legislação e da geração de conhecimento.	Otimizar a utilização de recursos / ter excelência nos procedimentos internos
06	Informações - Comunicação Ineficiente ou Ineficaz	Evitar	Cumprir adequadamente as ações inerentes aos objetivos estratégicos da área de Comunicação	Ter Comunicação Institucional efetiva / Ter Comunicação Interna efetiva
07	Estratégia e Planos – Falta de Planejamento Institucional	Evitar	Manter e ampliar as ações de Planejamento Institucional.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional
07	Estratégia e Planos – Falta de Planejamento interno das unidades	Evitar	Criar a cultura de realização de planejamento anual das atividades nas unidades do MP, com contratualização de resultados e gerenciamento das metas pela chefia da unidade	Ter excelência nos procedimentos internos
07	Estratégia e Planos – Falta de Gerenciamento do Plano, dos indicadores e metas e dos projetos	Evitar	Ampliar a cultura de gerenciamento do Planejamento, dos indicadores e metas e dos Projetos, por meio da utilização de sistema informático.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional
07	Estratégia e Planos – Falta de responsabilização e documentação das boas práticas	Evitar	Criar a figura da contratualização de resultados. Criar o banco de boas práticas e fomentar sua alimentação pelas diversas unidades do MP.	Ter excelência nos procedimentos internos

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
08	Conhecimento – Falta de conhecimento sobre os processos do órgão e de atualização	Evitar	Realizar curso de ingresso para os integrantes que ingressarem na instituição. Manter cronograma de cursos de atualização para as diversas unidades do MP.	Ter excelência nos procedimentos internos / Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes
08	Conhecimento – Falta de motivação	Evitar	Implementar as ações de gestão de previstas no plano e implementar a cultura de contratualização de resultados.	Ter excelência nos procedimentos internos
09	Interesse Público e Cidadania – Falta de mapeamento dos impactos da atuação do MP	Evitar	Promover pesquisa para avaliar o impacto das ações do MP nas suas diversas áreas e realizar ações para minimizar os impactos.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional
09	Interesse Público e Cidadania – Falta de envolvimento com a comunidade e de responsabilidade socioambiental	Evitar	Realizar ações sociais para aproximar os integrantes da instituição de sua comunidade. Manutenção e ampliação das ações sociais do órgão e do Programa RECICLAMP. Realização das ações previstas no Plano de Comunicação.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional
10	Controle – Ineficiência / Ausência de Controle	Evitar	Fortalecer e estruturar os órgãos controladores do MP e os relatórios de gestão, visando dar transparência para a sociedade da atuação do órgão. Manter e ampliar os canais de orientação por parte dos órgãos de controle da instituição, objetivando agir proativamente na busca por uma instituição de excelência.	Otimizar a utilização de recursos / Ter excelência nos procedimentos internos
11	Liderança e Alta Administração – Riscos políticos e técnicos	Evitar	Subsidiar a gestão de informações técnicas suficientes para embasar decisões com impacto político de forma a minimizar seus impactos. Ampliar a relação institucional com as diversas instituições que interagem com o órgão em sua atuação e ampliar as parcerias. Aproximar a liderança do corpo de integrantes da instituição por meio da realização periódica de reuniões e visitas técnicas. Prover o quadro do MP de profissionais com os recursos técnicos necessários para desempenhar as funções que lhe são confiadas.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Garantir clima organizacional favorável

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
11	Liderança e Alta Administração – Ausência de Liderança	Evitar	Promover amplo debate entre os candidatos a exercer os cargos de líder da instituição para proporcionar aos eleitores aptos os subsídios técnicos para a tomada de decisão. Fazer gestão junto ao Governo do Estado para fazer valer a decisão da maior parte dos integrantes, sempre que possível.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Garantir clima organizacional favorável
11	Liderança e Alta Administração – Falta de informações para a tomada de decisões	Evitar	Ter sistemas gerenciais que possibilitem a obtenção, no menor tempo possível, de informações para subsidiar a tomada de decisões da Liderança. Manter e ampliar a informação qualificada das justificativas das escolhas adotadas pela gestão.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Garantir clima organizacional favorável
12	Alta Administração – Falta de bom relacionamento entre os órgãos da Alta Administração e tentativa de ingerência de um órgão sobre outro	Evitar	Evitar interferências externas na ação ou gestão dos órgãos da Alta Administração. Fortalecer o diálogo entre os órgãos da Alta Administração e possibilitar ao órgão impactado por norma ou ação de outro o direito de manifestar-se nos autos. Promover de forma igualitária e sistemática a promoção das normas e ações dos diversos órgãos da Alta Administração.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Garantir clima organizacional favorável
12	Alta Administração – Separação dos aspectos técnico e político no período eleitoral	Evitar	Promover o debate de ações de caráter institucional utilizando os órgãos colegiados. Regulamentar a obrigatoriedade do alinhamento estratégico das solicitações de compras e serviços.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Garantir clima organizacional favorável

Id	Descrição	Estratégia	Ação	Alinhamento Estratégico da Ação
12	Alta Administração – Grande diversidade de teses em um mesmo tema	Evitar	Promover debates e estudos conjuntos para ampliar o conhecimento técnico-jurídico comum. Possibilitar a discussão de temas polêmicos anteriormente à necessidade de voto ou deliberação. Promover a realização de eventos de aperfeiçoamento tendo os membros da Alta Administração como docentes, voltados a disseminar entre os demais membros o posicionamento uniforme já adotado pelo Colégio em questões importantes.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais / Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional / Garantir clima organizacional favorável

4. DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Objetivos originais	Indicadores originais	Problemas encontrados	Objetivo proposto	Indicadores propostos	Projetos relacionados
Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	1. Pesquisa de satisfação Pesquisa de caráter regional que mede a eficácia do órgão e o grau de conhecimento da sociedade 2. Pesquisa de satisfação no atendimento Pesquisa de caráter interno que mede a satisfação no atendimento e com as instalações	Não realização / descontinuidade na coleta dos indicadores.	-	-	1. Projeto “Aprendendo Direito e Resgatando a cidadania”
Exigir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas e das medidas de proteção	1. Ações para o cumprimento das medidas sócio educativas 2. Ações para o cumprimento das medidas de proteção	1. Problema de nomenclatura do objetivo estratégico, principalmente, no entendimento da atuação no cumprimento adequado das medidas socioeducativas e de proteção, que são ações muito específicas; 2. A mensuração do objetivo é genérica, portanto, não reflete apenas o cumprimento adequado; 3. Necessidade de alinhar com o Planejamento Estratégico nacional (PEN);	Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	1. Indicador: Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente Fórmula: Somatório da atividade extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente (SAEDDCA= Somatório RAF Extrajudicial Direitos da Criança e do Adolescente) 2. Indicador: Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações	1. Projeto “Aprendendo Direito e Resgatando a cidadania” 2. Projeto “Tocantins contra a violência sexual infante juvenil” 3. Projeto “MP contra as drogas, cidadão longe do vício”

		<p>4. Alteração do RAF e edição da Resolução nº 74 criaram uma metodologia diferente de mensuração.</p>		<p>socioeducativas e execução de medidas socioeducativas</p> <p>Fórmula: Somatório A.I. + M.S.E. (SAIMSE= Somatório RAF Infância e Juventude – Somatório RAF Infância e Juventude Seção Cível]</p> <p>3. Indicador: Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente</p> <p>Fórmula: Somatório atuação na esfera cível (SAEC= Somatório RAF Infância e Juventude Seção Cível)</p>	
<p>Exigir o cumprimento do direito à educação</p>	<p>Ações de fiscalização da execução da política pública de educação</p>	<p>1. A parte judicial de mensuração do indicador está comprometida pela falta de item específico no RAF na Infância e Juventude Seção Cível.</p>	<p>Exigir o cumprimento do direito à educação</p>	<p>1. Indicador: Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação</p> <p>Fórmula: Somatório da atividade extrajudicial na defesa do direito à educação (SAEDDE= Somatório RAF Extrajudicial Educação)</p> <p>2. Indicador: Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação</p> <p>Fórmula: Somatório da atuação cível na defesa do direito à educação (SACDDE=Somatório RAF Infância e Juventude Seção Cível Defesa do direito à</p>	<p>1. Projeto “Aprendendo Direito e Resgatando a cidadania”</p>

				educação) Observação: Para mensurar o 2º indicador é necessário alterar o RAF na seção cível da Infância e Juventude para incluir o detalhamento por área de atuação	
Exigir atendimento ao dependente químico	1. Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico	<p>1. A mensuração através do RAF existiu durante um pequeno período, nunca atingiu as metas e na alteração do RAF em 2013 foi excluída;</p> <p>2. A falta de projetos específicos para a área não permite que sejam gerados dados da atuação no assunto;</p> <p>3. O tema não possui alinhamento no PEN;</p> <p>4. A imprensa tem dado um grande espaço na mídia para atuações na área, o que ressalta a necessidade e a urgência de ações na área.</p>	Promover o atendimento ao dependente químico	<p>1. Indicador: Ações voltadas à execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”</p> <p>Fórmula: Somatório da atuação no “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício” (SAMPCD= Somatório das atividades realizadas no “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”)</p>	1. Projeto “MP contra as drogas, cidadão longe do vício”
Combater a exploração sexual infantil no Estado	1. Ações de combate à exploração sexual infantojuvenil	<p>1. Não houve item específico de medição durante os 3 anos do PE;</p> <p>2. A falta de projetos específicos para a área não permite que sejam gerados dados da atuação no</p>	Fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infantojuvenil	<p>1. Indicador: Ações voltadas à execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infantojuvenil”</p> <p>Fórmula: Somatório da atividade na execução do Projeto “Tocantins contra a exploração</p>	<p>1. Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infantojuvenil”</p> <p>Parcerias com Conselhos Tutelares, PRF, PM e PC</p> <p>Meta: 1 fiscalização mensal</p>

		<p>assunto;</p> <p>3. O tema não possui alinhamento no PEN;</p> <p>4. A imprensa tem dado um grande espaço na mídia para atuações na área, o que ressalta a necessidade e a urgência de ações na área.</p>		<p>sexual infantojuvenil” (SAEDDCA= Somatório das ações voltadas a execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infantojuvenil”)</p>	<p>conjunta em estabelecimentos</p>
Combater a criminalidade	<p>1. Ações de combate à criminalidade.</p> <p>2. Proposição das medidas assecuratórias</p> <p>3. Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações</p> <p>4. Palestras de combate à criminalidade</p>	<p>1. Mensuração insatisfatória do indicador 1 em todos os períodos da análise;</p> <p>2. Indicadores 2, 3 e 4 sem mensuração ou com números insatisfatórios;</p> <p>3. Falta de alinhamento com o PEN;</p> <p>4. Falta de Projetos direcionados ao objetivo;</p> <p>5. Aumento do número de crimes noticiado pela imprensa.</p> <p>6. Problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013</p>	-	<p>1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade</p> <p>2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade</p> <p>3. Ações não procedimentais de Combate à Criminalidade</p>	<p>1. Projeto “MP contra as drogas, cidadão longe do vício”</p> <p>2. Tolerância zero contra o álcool no trânsito;</p> <p>3. Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infantojuvenil””</p> <p>Parcerias com Conselhos Tutelares, PRF, PM e PC</p> <p>Meta: 1 fiscalização mensal conjunta em estabelecimentos</p>
Efetivar controle externo da atividade policial	<p>1. Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial</p> <p>2. Inspeções realizadas</p>	<p>1. Indicador 1 com mensuração satisfatória, porém difere do PEN;</p> <p>2. Indicadores 2 e 3 sem mensuração ou com</p>	-	-	-

	<p>pelos membros nas unidades policiais</p> <p>3. Recomendações de melhorias requisitadas</p>	<p>números insatisfatórios;</p> <p>3. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico;</p> <p>4. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013</p>			
<p>Exigir o cumprimento adequado das penas e das medidas de segurança</p>	<p>1. Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas.</p> <p>2. Inspeções realizadas pelos membros nas unidades prisionais</p>	<p>1. Indicador 1 com mensuração satisfatória, porém difere do PEN;</p> <p>2. Indicador 2 com números insatisfatórios;</p> <p>3. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico;</p> <p>4. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013</p>	<p>Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas</p>	<p>1. Ações de Fiscalização da Execução Penal</p> <p>2. Inspeções nas unidades prisionais</p>	<p>1. Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas no Tocantins</p> <p>2. Programa de Atendimento ao Usuário e ao Dependente de Drogas</p>
<p>Combater o crime organizado</p>	<p>1. Ações de combate ao crime organizado.</p>	<p>1. Indicador 1 com mensuração satisfatória, porém difere do PEN;</p> <p>2. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico;</p> <p>3. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013</p>	-	-	<p>1. Estruturação do Sistema de Inteligência, Contra-Inteligência e Interceptações de Comunicações do Gaeco</p>
<p>Combater a violência doméstica</p>	<p>1. Ações de combate à violência doméstica.</p>	<p>1. Indicador 1 com mensuração satisfatória,</p>	-	-	<p>1. Projeto “Profissionalizando a</p>

		<p>porém difere do PEN;</p> <p>2. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico;</p> <p>3. Falta articulação da rede (o Caop e o Núcleo Maria da Penha podem promover ações e projetos vinculados ao objetivo);</p> <p>4. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013</p>			<p>Capacidade da Mulher”</p> <p>2. Articulação da Rede de Combate à Violência Doméstica</p>
Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais e pessoas com deficiência	1. Ações de fiscalização da execução da política voltada às pessoas com necessidades especiais e deficientes.	<p>1. Indicador 1 com mensuração insatisfatória e difere do PEN;</p> <p>2. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico;</p> <p>3. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013</p>	Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	1. Ações de fiscalização da execução da política das pessoas com deficiência	-
Exigir o cumprimento dos direitos do idoso	1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso.	<p>1. Indicador 1 com mensuração satisfatória, porém difere do PEN;</p> <p>2. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico;</p> <p>3. Existe problema de medição em função das</p>	-	-	<p>1. Padronização da Fiscalização em Estabelecimentos de Longa Permanência de Idosos</p> <p>2. Levantamento da situação de abandono de idosos no Estado do Tocantins</p>

		mudanças no RAF em 2013			
Exigir o cumprimento do direito à saúde	1. Ações de fiscalização da execução da política da Saúde.	1. Indicador 1 com mensuração satisfatória, porém difere do PEN; 2. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico; 3. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013	-	-	-
-Combater a improbidade e recuperar ativos	1. Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	1. Indicador 1 com mensuração satisfatória, porém difere do PEN; 2. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico; 3. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013	-	-	1. Estruturação do Laboratório de Lavagem de Dinheiro no Gaeco
Combater a corrupção eleitoral	1. Ações de execução (eleitoral) 2. Ações de conscientização (eleitoral)	1. Indicadores 1 e 2 com mensuração insatisfatória e diferem do PEN; 2. Faltam projetos vinculados ao objetivo estratégico; 3. Existe problema de medição em função das mudanças no RAF em 2013;	Exigir o cumprimento do direito eleitoral	1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	1. Campanha de conscientização sobre os direitos eleitorais

<p>Atuar na prevenção e no combate aos danos ambientais</p>	<p>1. Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente.</p>	<p>1. Redação inadequada do objetivo em função da real missão na área: Promover a defesa do meio ambiente (incluído o meio ambiente urbano, melhor definido em sua abrangência na CF como ordem urbanística) 2. A mensuração do objetivo é genérica 3. Necessidade de alinhamento com o PEN</p>	<p>Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística</p>	<p>1. Indicador: Atuação extrajudicial na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística; Fórmula: Somatório da atividade extrajudicial na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística (SAEDMAOU= Somatório RAF Extrajudicial meio ambiente e da ordem urbanística) 2. Indicador: Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística; Fórmula: Somatório da atividade judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística (SAJCIDMAOU= Somatório RAF judicial cível do meio ambiente e da ordem urbanística) 3. Indicador: Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística; Fórmula: Somatório da atividade judicial criminal na responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística (SAJCRPECACAU= Somatório RAF judicial cível do meio ambiente e da ordem urbanística) 4. Indicador: Participação e promoção de iniciativas institucionais voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico; Fórmula: Somatório das</p>	<p>1 - Projeto Propriedade Legal 2- Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental 3 - Projeto ReciclaMP</p>
---	--	---	--	---	--

				<p>iniciativas, próprias ou apoiadas pela instituição, voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico (SIIVEPMAU= Somatório RAF atividades não procedimentais nas áreas de defesa do meio ambiente e da ordem urbanística) *1</p>	
<p>Exigir o respeito aos direitos humanos</p>	<p>1. Campanhas educativas, palestras e ações de execução</p>	<p>1. Alinhamento com os objetivos do PEN</p>	<p>Promover a defesa dos direitos humanos fundamentais - residuais (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, pessoas com necessidades especiais, deficientes, e idosos)</p>	<p>1. Indicador: Ações voltadas à execução de Projeto "DH" Fórmula: Somatório da atividade na execução do Projeto "DH" (SAEPDH= Somatório das ações voltadas à execução do Projeto "DH")</p>	
<p>Atuar nas demandas sociais relativas ao direito do consumidor</p>	<p>1. Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor</p>	<p>1. Alinhar com os objetivos do PEN</p>	<p>Promover a defesa dos direitos do consumidor</p>	<p>1. Indicador: Atuação extrajudicial na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor; Fórmula: Somatório da atividade extrajudicial na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do</p>	<p>Projeto Operação Pró-Consumidor</p>

				<p>consumidor (SAEPDDCIHC = Somatório RAF Extrajudicial do direito do consumidor)</p> <p>2. Indicador: Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor;</p> <p>Fórmula: Somatório da atividade judicial cível na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor (SAJCDDCIHC = Somatório RAF judicial cível do direito do consumidor)</p> <p>3. Indicador: Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor;</p> <p>Fórmula: Somatório da atividade judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor (SAJRCCC = Somatório RAF judicial criminal do direito do consumidor)</p> <p>4. Indicador: Promoção de iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas;</p> <p>Fórmula: Somatório das iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas (SIIVRDC= Somatório RAF atividades não-</p>	
--	--	--	--	---	--

				procedimentais)	
Ampliar parcerias estratégicas	1. Parcerias realizadas	-	-	-	1. Implantação e estruturação do Escritório de Projetos do Ministério Público do Tocantins
Garantir segurança institucional	1. Adequação em segurança	1. O plano de segurança institucional construído não possibilitava a medição da adequação em segurança de forma clara; 2. A periodicidade de mensuração não acompanha a evolução das ações do plano.	-	-	1. Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins
Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	1. Nota do GesPública 1.1 Acompanhamento da nota de Autoavaliação da Gestão pelo GesPública 2. Abrangência do GesPública; 2.1 Mede o total de órgãos/unidades adesas ao GesPública em relação ao total de unidades.	1. O indicador (2) não é viável dentro da nova metodologia aplicada pelo GesPública.	-	1. Nota do GesPública	1. Gestão de Processos do MPE redesenhada para a busca de maior eficiência e eficácia organizacional 1.1 Estruturação do escritório de Processos do MPE/TO. 2. Carta de Serviços do MPE 2.1 Elaboração e a divulgação da Carta de Serviços do Ministério Público, que visa informar aos cidadãos e aos seus Órgãos representados e assessorados quais os serviços prestados pela Instituição, como acessar e obter esses serviços e quais

					são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos. 3. Gespública
Otimizar a utilização dos recursos	1. Custo médio por processo	1. A falta de mensuração correta da atuação não procedimental finalística impacta negativamente neste indicador; 2. A medição deste indicador só pode ser realizada de forma anual, tendo em vista que grande parte das despesas fixas e variáveis desta PGJ se acumulam para o final do exercício.	-	-	1. Gespública
Ter comunicação institucional efetiva	1. Cumprimento do Plano de Comunicação	1. O indicador é genérico, portanto, inviabiliza a mensuração do cumprimento adequado do objetivo.	-	1. Número de acessos ao portal do MPE 2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia 3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	1- Projeto “Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania” 2- Projeto “Cidadania em foco” (audiovisual) 3- Projeto MP Ação e Informação 4- Projeto “Selo Praia Legal” 5- Projeto “MP Itinerante” 6- Projeto: Estruturação Ascom

<p>Assegurar o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público</p>	<p>1. Horas de aperfeiçoamento</p> <p>2. Melhorias implementadas/aperfeiçoadas após capacitação</p>	<p>1. Necessidade de alinhamento com o PEN</p> <p>2. A aferição do indicador “melhorias implementadas/aperfeiçoadas após capacitação” é subjetiva e de difícil implementação (vide Relatório de Acompanhamento do Planejamento Estratégico – janeiro de 2013).</p>	<p>Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins</p>	<p>1 - Indicador: Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores;</p> <p>Fórmula: Somatório das horas de capacitação, incluídas as referentes às bolsas de graduação oferecidas pela instituição, dividido pelo número total de membros e servidores em exercício (SHARMS = Total de horas registradas no sistema gestor de capacitação/número de membros e servidores em exercício).</p> <p>Obs.: A contabilização das horas de graduação cursadas por bolsistas do MP deverá ser regulamentada pela administração superior. O CESAF deverá ser incluído no processo de análise e concessão de bolsas.</p> <p>2 - Indicador: Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição dividido pelo número total de membros e servidores em exercício (PMSPCA = Total de membros e servidores que realizaram cursos no decorrer do ano / total de membros e servidores em</p>	<p>1. Plano de Capacitação Institucional</p>
--	---	--	--	---	--

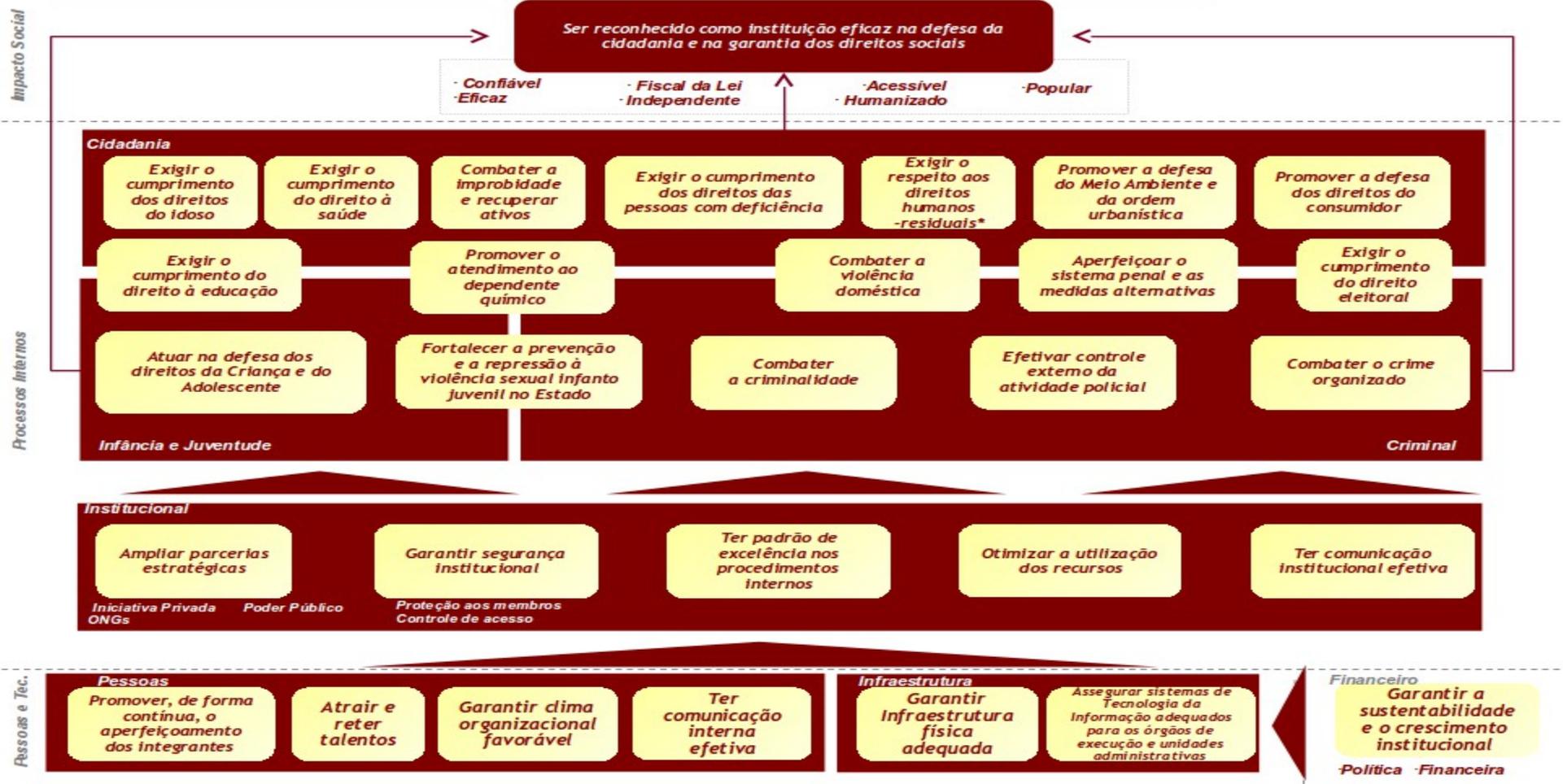
				exercício X 100);	
Atrair e reter talentos	1. Rotatividade	<p>1. O indicador não é suficiente para medir o que propõe o objetivo;</p> <p>2. O indicador escolhido não mede o nível de atração de talentos;</p> <p>3. O projeto foi implantado e o objetivo e o índice de rotatividade está acima da expectativa;</p> <p>4. Apesar da realização das ações previstas pela Instituição, o mercado superou a sua proposta de atratividade para o público-alvo.</p>	-	<p>1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários);</p> <p>2. Concorrência nos Concursos Públicos (segmentada por cargos);</p> <p>3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.</p>	<p>1. Incentivo ao autodesenvolvimento (1.1. garantia de afastamento c/remuneração para percentual mínimo – mestrado e doutorado; 1.2 política de remuneração que valorize a qualificação do servidor)</p> <p>2. Banco de Talentos para prover, no mínimo, 25% dos cargos comissionados</p> <p>3. Projeto “Pensa” (Premiar, através de processo seletivo, as ideias inovadoras que seja viável para a excelência da atuação Ministerial);</p> <p>4. Flexibilização do horário de trabalho dos servidores (1.1 Banco de Horas; 1.2 intervalos entre as jornadas)</p>
Garantir clima organizacional favorável	<p>1. Pesquisa de satisfação</p> <p>2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional</p>	<p>1. O nome do indicador não reflete o objetivo pretendido</p> <p>2. Baixa participação dos integrantes no preenchimento pesquisa</p> <p>3. Descontinuidade na aplicação da pesquisa</p>	-	<p>1. Pesquisa de satisfação do clima organizacional - anual</p> <p>2. Ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional</p>	<p>1 – Projeto “Saúde e Vida”</p> <p>1.1 Promover atividade anual denominada Semana da Saúde dos integrantes do MPE;</p> <p>2 – Projeto “Integração”</p> <p>2.1 Promover atividades</p>

					<p>culturais e de convivência aos integrantes do MPE;</p> <p>2.2 – Encontro Estadual dos Integrantes do MPE;</p> <p>2.3 – Tarde cultural;</p> <p>3. Projeto “Vida e Movimento”</p> <p>3.1 – Passeio ciclístico do MPE</p> <p>3.2. Promover atividades físicas.</p>
Ter comunicação interna efetiva	1. Adequação da comunicação interna	<p>1. O indicador é genérico, portanto, inviabiliza a mensuração do cumprimento adequado do objetivo.</p> <p>2. O indicador não visa atender o objetivo estratégico</p>	-	<p>1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)</p> <p>2. Número de acessos às áreas da intranet</p>	1- Projeto: Comunicação Integrada
Garantir Infraestrutura física adequada	<p>1. Adequação da Infraestrutura tecnológica</p> <p>2. Adequação da Infraestrutura física</p>	<p>1. Necessidade de Adequação do Projeto de Infraestrutura Tecnológica ao número de prédios em 2018 e ao PDTI.</p> <p>2. Falta de detalhamento das ações do Projeto de Infraestrutura Física;</p> <p>3. Mensuração do Projeto de Infraestrutura Física com o percentual de execução</p>	-	<p>1. Indicador: Adequação da Infraestrutura = (% de Infraestrutura imobiliária adequada [peso 45%] + % de frota de veículos adequada [peso 20%] + % de Infraestrutura mobiliária adequada [peso 25%] + % de Infraestrutura adequação predial realizada [peso 10%])</p>	1. Projeto de “Adequação da Infraestrutura do Ministério Público do Estado do Tocantins”

		orçamentária.			
Ter sistemas integrados que auxiliem no controle e na tomada de decisões	1. Percentual de sistemas integrados	-	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	1. Integração dos Sistemas do MPE-TO = $(n^{\circ} \text{ de sistemas integrados} / (n^{\circ} \text{ de sistemas existentes} + n^{\circ} \text{ de novas demandas})) * 100$	Projeto geral para desenvolvimento de sistemas informáticos
Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional	1. Participação orçamentário financeira	-	-	-	-

5. MAPA ESTRATÉGICO ATUALIZADO

Missão: Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis
Visão: Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade.



6. MATRIZ DE CORRELAÇÃO VISÃO *VERSUS* PROJETOS

VISÃO VERSUS PROJETOS	VISÃO
	Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade.
PROJETOS APROVADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	
<p>Projeto de “Adequação da Infraestrutura do Ministério Público do Estado do Tocantins” Alvo do Projeto: Prover a infraestrutura adequada e necessária ao bom desempenho das atividades pelos integrantes do MPE-TO.</p>	•
<p>Projeto geral para desenvolvimento de sistemas informáticos Alvo do Projeto: Ter sistemas informáticos integrados e capazes de proporcionar ganhos na atuação do órgão, gerando informações para subsidiar a tomada de decisão.</p>	•
<p>PROJETO: Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania Alvo do Projeto: macro/ comunicação/ Cidadania/Infância e Juventude/Criminal</p> <p>1. Levar alunos do ensino médio a conhecer o MP/TO, com a maior objetividade possível. Aprendendo sobre sua missão, suas atribuições e sobre os direitos fundamentais do cidadão, mediante visita local e exposição oral e ilustrativa realizada por um membro da instituição sobre as variáveis citadas.</p> <p>3. Firmar Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual de Educação e com Associações de Bairros para o acompanhamento e monitoramento do trabalho dos alunos.</p> <p>4. Convencer os alunos a dar um feedback que demonstre uma reação ante a provocação ocasionada pelo aprendizado adquirido junto ao MP/TO, ou seja, para que realizem um estudo e levantamento nas comunidades onde situam suas escolas, de situações que ferem os direitos fundamentais e que necessitam da atuação do MP/TO para resolução, elaborando, posteriormente, relatórios que as escolas direcionarão ao MP/TO;</p> <p>5- Remeter os relatórios a Ouvidoria do MPE para que direcione às Promotorias competentes.</p>	•
<p>PROJETO: “Cidadania em foco” (audiovisual) Alvo do Projeto: macro/comunicação/Cidadania/Infância e Juventude/Criminal</p> <p>1. A proposta é implementar, por meio de parcerias, ações de comunicação audiovisual com o objetivo de dar divulgação aos trabalhos do Ministério Público do Tocantins e aproximar a instituição do cidadão.</p> <p>2. Formalizar parcerias com Redesat/TV Assembleia/Rádios Comunitárias</p> <p>3. Criar um quadro semanal dentro de um telejornal já existente na emissora, com o objetivo de esclarecer sobre os direitos dos cidadãos, informar sobre a atuação do MPE e</p>	•

<p>promover a interação instituição e sociedade. O mesmo será disponibilizado no portal do MPE, após exibição na TV.</p> <p>4. Criar Vts para inserções diárias na TV com dicas sobre os direitos dos cidadãos. Os vídeos com curta duração (60'') tratariam de temáticas de interesse público. Além da Redesat, o vídeo pode ser exibido, por meio de parceria, na TV Assembleia e disponibilizados no portal do MPE. Os Vts podem ser gravados com membros e/ou apresentador.</p> <p>5. O mesmo material utilizado na TV será adaptado para o rádio.</p>	
<p>PROJETO: MP Ação e Informação Alvo do Projeto: macro/comunicação/ Cidadania/Infância e Juventude/Criminal</p> <p>1. A proposta é confeccionar cartilhas e pôsteres por área de atuação, para serem distribuídos de forma ampla por todo o Estado.</p> <p>2. Garantir a participação do MPE em exposições, feiras e demais eventos que reúnam grande público, divulgando publicações.</p> <p>3. Disponibilizar caixa para críticas, elogios e sugestões.</p> <p>4. Seriam necessários recursos para a impressão do material e para a confecção de um estande móvel que seria utilizado nos locais de exposição.</p>	●
<p>PROJETO: "Selo Praia Legal"</p> <p>Alvo do Projeto: macro/comunicação/ Cidadania/Infância e Juventude/Criminal</p> <p>1. A proposta é reconhecer, por meio de um selo, as praias que apresentarem durante a temporada condições básicas de funcionamento com vistas a atender às demandas de acessibilidade meio ambiente, saúde, consumidor, segurança e direitos da infância e juventude. (podendo entrar outras áreas de atuação)</p> <p>2. Propor à Agência de Desenvolvimento Turístico (Adtur) uma parceria para certificar as melhores praias. O Ministério Público Estadual (MPE) entraria com a fiscalização dos Centros Apoio Operacional (Caops) que atestariam a qualidade das praias tocantinsenses no que tange as áreas de atuação.</p> <p>3. Elaboração de um TAC padrão para ser assinado pelos prefeitos contendo critérios básicos a serem seguidos, responsabilização/orientação. (cada Caop formataria os critérios conforme a área de atuação)</p> <p>4. As praias que recebem incentivos financeiros serão fiscalizadas por equipes do MPE</p> <p>5. Emissão de certificado de qualidade.</p> <p>6. Possíveis parceiros: Vigilância Sanitária Municipal, Conselhos Tutelares, PM, Bombeiros, etc.</p>	○
<p>PROJETO: "MP Itinerante"</p> <p>Alvo do Projeto: macro/ comunicação/ Cidadania/Infância e Juventude/Criminal</p> <p>1. Levar o MPE aos municípios que não sejam sede de comarcas por meio de um caminhão adaptado.</p> <p>2. Oferecer palestras e orientações, realizar atendimentos nas várias áreas.</p> <p>3. Distribuir material didático produzido pelo MPE.</p> <p>4. Levar informação e resgatar a essência do MP que é de estar junto ao cidadão</p>	●
<p>PROJETO: Estruturação Ascom Alvo do Projeto:macrocomunicação</p> <p>1. Para atender o que se pretende no Planejamento</p>	○

<p>Estratégico referente à área de Comunicação, será necessária a estruturação física e humana do setor. 2. Elaborar a política de comunicação (A elaboração da Política de Comunicação é necessária para que se estabeleça um referencial para os profissionais que trabalham com a atividade de comunicação e para os membros e servidores que atuam na instituição. Orientar o trabalho da Assessoria e garantir que a comunicação institucional respeite os mesmos princípios e valores, independentemente do tema ou do público que visa atingir.</p>	
<p>PROJETO: Comunicação Integrada Alvo do Projeto: Ter comunicação interna efetiva/garantir clima organizacional favorável/ter sistemas interligados que auxiliem no controle e na tomada de decisão 1. Desenvolver proposta de layout moderna, objetiva e interativa que possa promover a divulgação de informações oficiais, discussões sobre temáticas de relevância institucional e a integração entre os públicos. O principal objetivo da intranet é tornar-se um canal dinâmico e direto de comunicação com os públicos internos. 2. Realizar campanha educativa no sentido de estimular o uso do e-mail institucional 3. Produzir boletim virtual a ser disponibilizado via e-mail e na intranet. 4. Unificar a linguagem utilizada no âmbito do MPE por meio da elaboração de um Manual de Redação 5. Integrar o público interno por meio de Jornal Mural 6. Integrar os novos colaboradores à rotina do MPE por meio de um Manual de boas-vindas 7. Disponibilizar banners e placas com o mapa estratégico/missão/visão/valores, a fim de destacar o Planejamento Estratégico 8. Confeccionar banners com a marca do MPE, a fim de compor a comunicação visual da Instituição 9. Implantar um Sistema Interno de Som no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, com o objetivo de facilitar a comunicação</p>	○
<p>Projeto Operação Pró-consumidor Alvos do Projeto 1 - Estimular a formação de equipes das diversas instituições com trabalhos afins ao Direito do Consumidor e promover a fiscalização dos estabelecimentos comerciais; 2 - Informar os consumidores acerca dos seus direitos básicos, bem como os empresários, sobre os deveres a serem cumpridos para que não infrinjam as legislações sanitárias e consumeristas; 3 - Coibir ações ilegais e nocivas ao consumidor por meio de autuações e notificações administrativas; 4 - Fortalecer o trabalho das instituições por meio da ação integrada e direcionada a um foco; 5 - Subsidiar com informações técnicas eventuais as ações judiciais e administrativas promovidas pelos promotores de justiça em razão das ações fiscalizatórias.</p>	●
<p>Projeto “MP contra as drogas, cidadão longe do vício” Alvo do Projeto: Ter atuação integrada e mensuração efetiva de ações voltadas a garantir o atendimento aos dependentes químicos, orientar quanto aos malefícios do uso de entorpecentes e fiscalizar e combater o tráfico de entorpecentes.</p>	●

Para maior abrangência, serão elaborados termos de parceria com as polícias, na repressão e investigação, e com escolas e entidades sem fins lucrativos, na orientação.	
<p>Projeto “Tocantins contra a violência sexual infanto juvenil”</p> <p>Alvo do Projeto: Promover operações de combate à exploração sexual infantojuvenil e a outros tipos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. O projeto necessita de parceria com os Conselhos Tutelares, a Secretaria Estadual de Saúde, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal.</p>	●
<p>Projeto “Profissionalizando a Capacidade da Mulher”</p> <p>Alvo do Projeto: Trazer a possibilidade de integração e capacitação profissional para que mulheres vítimas de violência, que forem dependentes do agressor, possam buscar, por meio do ingresso no mercado de trabalho, sua independência financeira. O projeto prevê parceria com o SENAI para a realização gratuita de cursos de capacitação profissionalizantes.</p>	●
<p>Projeto Propriedade Legal</p> <p>Alvo do Projeto: 1- Instrumentalizar o processo de cadastramento de todas as propriedades rurais do município de Palmas; 2 - Estabelecer uma metodologia para auxiliar os órgãos de comando e controle ambiental na identificação e cadastramento das áreas ambientalmente protegidas (ARL e APP); 3 - Envolver instituições, órgãos e entidades com atuação na área rural do município de Palmas no monitoramento e fiscalização das condições ambientais das áreas de reserva legal e de preservação permanente das propriedades cadastradas; 4 - Possibilitar a preservação e a recuperação de áreas ambientalmente protegidas (ARL e APP) por meio de instrumentos legais de atribuição do Ministério Público e dos órgãos ambientais.</p>	●
<p>Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental</p> <p>Alvo do Projeto 1- Impulsionar a educação ambiental nos municípios envolvendo gestores municipais e sociedade; 2- Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental dos municípios; 3- Desenvolver estratégias de monitoramento das políticas municipais de meio ambiente relacionadas aos temas utilizados para mensuração do ICMS Ecológico; 4 - Estimular a adesão efetiva dos gestores municipais ao Termo de Compromisso “Prefeito Amigo do Meio Ambiente”;</p>	●
<p>Projeto ReciclaMP</p> <p>Alvo do Projeto 1 - Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) instituindo princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos gerados no prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça; 2 - Instituir Programa de Educação Ambiental para conscientização e disseminação de práticas de gestão de resíduos e uso racional dos recursos no âmbito do Ministério Público;</p>	○

Implantar e estrutura Escritório de Projetos do Ministério Público do Tocantins Alvo do Projeto: Fomentar a cultura de trabalho por projetos no âmbito do MPE-TO, criando uma estrutura para orientação, fomento e gerenciamento dos projetos do órgão. O Escritório de projetos poderá, ainda, promover capacitações para o público interno sobre a elaboração e requisitos mínimos para projetos.	○
Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins Alvo do Projeto: Definir a política de segurança institucional do MPE-TO, com elementos da infraestrutura necessária e dos serviços que deverão ser providos.	○
Plano de Capacitação Institucional Alvo do Projeto: 1- Estabelecer as diretrizes para a capacitação e desenvolvimento de membros e servidores por meio de Projetos Educacionais, agrupados em Programas Educacionais, construídos a partir do levantamento das necessidades educacionais da instituição	○
Tolerância zero contra o álcool no trânsito	●
Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas no Tocantins	●
Programa de Atendimento ao Usuário de Drogas	●
Estruturação do Sistema de Inteligência, Contra Inteligência e Interceptações do GAECO	●
Articulação da Rede de Combate à Violência Doméstica	●
Padronização da Fiscalização em Estabelecimentos de Longa Permanência de Idosos	●
Levantamento da situação de abandono de idosos no Estado do Tocantins	●
Campanha de conscientização dos direitos eleitorais	○
Gestão de Processos do MPE redesenhada para a busca de maior eficiência e eficácia organizacional Estruturação do escritório de Processos do MPE/TO	●
Carta de Serviços do MPE Elaboração e a divulgação da Carta de Serviços do Ministério Público, que visa informar aos cidadãos e aos seus Órgãos representados e assessorados quais os serviços prestados pela Instituição, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos	○
Gespública	●
Incentivo ao auto desenvolvimento (1.1. garantia de afastamento c/remuneração para percentual mínimo - mestrado e doutorado; 1.2 política de remuneração que valorize a qualificação do servidor)	●
Banco de Talentos Prover, no mínimo, 25% dos cargos comissionados	○
Projeto PENSA (Premiar, através de processo seletivo, as ideias inovadoras que sejam viáveis para a excelência da atuação Ministerial)	○
Flexibilização do horário de trabalho dos servidores (1.1 Banco de Horas; 1.2 intervalos entre as jornadas)	○
PROJETO: Saúde e Vida Promover atividade anual denominada Semana da Saúde dos integrantes do MPE	●

<p>PROJETO: Integração - Promover atividades culturais e de convivência aos integrantes do MPE; - Encontro Estadual dos Integrantes do MPE; - Tarde cultural;</p>	<p style="text-align: center;">●</p>
<p>PROJETO: Vida e Movimento - Passeio ciclístico do MPE - Promover atividades físicas;</p>	<p style="text-align: center;">○</p>
<p>Legenda: ● Impacto Direto ○ Impacto Indireto □ Impacto Fraco ou Inexistente</p>	

7. GLOSSÁRIO

AÇÕES

São os desdobramentos das metas estabelecidas.

AMEAÇAS

São situações originárias do entorno social, atuais ou futuras, que, ainda que não se submetam ao controle da organização, devem ser por ela superadas, minimizadas ou contornadas.

ESTRATÉGIAS

São ações de longo e médio prazo necessárias ao alcance da visão estabelecida, consubstanciando-se como trilha a ser seguida pela organização em busca de seus objetivos.

FORÇAS

São o conjunto de procedimentos, traços particulares, hábitos, ações, normas e alicerces culturais, financeiros, econômicos, organizacionais, tecnológicos, funcionais, etc., que poderão ser utilizados para aprimorar e agilizar o desempenho da entidade.

FRAQUEZAS

São características internas da organização que poderão influenciar negativamente em seu desempenho, devendo ser anuladas ou superadas.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

É o resultado da junção da missão da entidade com os valores que nela imperam, constituindo-se a base de seu funcionamento.

MISSÃO

É a razão da existência da organização.

OPORTUNIDADES

São situações do entorno social que, se devidamente aproveitadas, auxiliarão a organização na busca de seus objetivos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Processo pelo qual uma organização, considerando os prós e contras existentes nos ambientes externo e interno e tendo em mira o cumprimento de seu papel social, formula estratégias, estabelece metas e ações que possam levá-la adiante.

VALORES

São as convicções de uma entidade em dado momento que, constituindo-se a base de sustentação de suas ações, são tidas como produto de sua cultura organizacional.

VISÃO

É a situação desejável para a organização em um futuro previsível.